

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT 7 – Dimensões do urbano: tempos e escalas em composição

Escondendo ou mostrando o uniforme? Dinâmicas urbanas específicas que envolvem os agentes prisionais em diferentes cidades do estado de São Paulo

Adriana Rezende Faria Taets (USP) e Raphael Tadeu Sabaini (USP)

SUPOSIÇÕES ACERCA DA CENTRALIDADE DOS PRESOS NAS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O SISTEMA PRISIONAL

Assim como o dito popular diz que se não existissem doentes não haveria a necessidade de médicos, não existiriam agentes de segurança penitenciária se não houvesse presos. Da mesma forma como o réu é a peça chave para a existência da instituição do Tribunal do Júri – mesmo que durante o julgamento ele permaneça silenciado e sem poder de expressão¹ – o preso é quem dá sabor e existência ao sistema penitenciário. Todos os profissionais que ali trabalham existem pelo simples fato de que algumas pessoas foram presas e é preciso criar uma estrutura capaz de mantê-las cativas.

A administração dos presídios no estado de São Paulo sofreu diversas mudanças nos últimos 40 anos: desde a criação do sistema penitenciário paulista, em 1982, até o ano de 1991, a administração dos presídios era subordinada à Secretaria de Justiça. Em março de 1991 essa responsabilidade foi transferida para a Secretaria de Segurança Pública, com quem ficou até dezembro do ano seguinte. Com o entendimento de que o sistema penitenciário deveria receber tratamento especial e independente, o Governo do Estado criou, em janeiro de 1993, a Secretaria de Administração Penitenciária, que seria então o órgão responsável por administrar todo o sistema no estado.

A criação de uma secretaria própria para a administração penitenciária não parece ser o caminho mais comum para se tratar dos assuntos carcerários. Na maioria dos estados tais assuntos encontram-se sob a responsabilidade de secretarias mais amplas, como no estado de Minas Gerais, em que o sistema penitenciário é alocado em uma subsecretaria subordinada à Secretaria de Estado de Defesa Social, onde também se encontram subordinados os assuntos referentes à segurança pública e a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio Educativas.

Essas diferenças podem indicar maneiras diversas de perceber a pessoa presa e suas necessidades. Certamente que São Paulo é o estado com o maior número de pessoas encarceradas no Brasil², contando também com o maior número de estabelecimentos prisionais. Com um sistema prisional de tal amplitude torna-se evidente a necessidade de uma secretaria independente para tratar de tais assuntos. No entanto, essas mudanças, que poderiam ser tratadas como consequências naturais do desenvolvimento do sistema no estado, não são percebidas desta maneira pelas pessoas que são alocadas nesta secretaria.

¹ Para uma discussão aprofundada sobre o papel e a relevância do réu para a instituição do Júri, ver SCHRITZMEYER, 2001.

² Segundo dados do DEPEN (www.mj.gov.br), em 2008, o estado de São Paulo contava com uma população de cerca de 145 mil detentos, distribuídos em 148 unidades prisionais.

Na pesquisa que vem sendo realizada juntamente com agentes prisionais femininas na cidade de São Paulo, é possível perceber certas críticas quanto à criação da Secretaria de Administração Penitenciária. Por se tratar de guardas mais velhas, foi possível aprofundar com elas os sentidos diversos trazidos para a experiência profissional a partir das mudanças vivenciadas a cada modificação das secretarias. Para além do discurso oficial de que é preciso cuidar do preso com dignidade e respeito – e por isso a criação de uma secretaria independente e autônoma – a percepção de tais guardas volta-se antes para um jogo de empurra-empurra, em que ninguém quer se responsabilizar pelas pessoas presas, que são, antes de mais nada, esquecidas pela população como um todo.

No entanto, a cada mudança de secretaria, é possível perceber uma mudança no status dos funcionários do sistema penitenciário. Enquanto a administração dos presídios estava subordinada à Secretaria de Justiça, os agentes e as agentes penitenciárias faziam parte da “Justiça”, e podiam se igualar a promotores e juízes. A partir do momento em que passam a fazer parte da Secretaria de Segurança Pública eles assumem para si o mesmo status dos policiais, e são, assim como eles, responsáveis pela “segurança”. Quando finalmente é criada a Secretaria de Administração Penitenciária eles se tornam simplesmente guardas, e não possuem outro status que aquele que os liga diretamente aos presos. Não são mais parte da justiça. Não contribuem mais para a segurança. Agora eles apenas cuidam dos presos.

A partir deste breve histórico sobre o sistema penitenciário paulista, é possível perceber que é o preso o personagem principal da trama que envolve todas as prisões paulistas, e que todos os demais personagens do sistema estão ligados a ele de forma funcional. Sendo assim, é para o preso que se voltam as atenções quando entram em cena denúncias contra a opressão do sistema: pesquisas e ações que levam em conta a realidade do sistema prisional têm – assim como as políticas voltadas para o setor – o preso como seu objeto privilegiado³. A preocupação por parte de organismos internacionais quanto aos direitos humanos dos presos é um bom exemplo da forma como o preso mantém a centralidade no sistema prisional: mesmo que existam diversos atores atuando em tal sistema, é somente para o preso que se olha quando se procura denunciar a irracionalidade da instituição prisional.

É nessa direção que encontramos as pistas para entender a escassez de pesquisas acadêmicas que levem em conta o agente de segurança penitenciário. Frente aos inúmeros estudos que têm como

³ Mesmo no site da Secretaria de Administração Penitenciária (www.sap.sp.gov.br) são pouquíssimas as informações disponíveis sobre os funcionários do sistema prisional de São Paulo. O público alvo do site parece ser o familiar do preso, que certamente acessa o site em busca de informações sobre o funcionamento do sistema.

objeto as pessoas presas em suas diversas possibilidades de pesquisa, são raríssimos os estudos que tomam como foco a profissão de agentes penitenciários.

MAPEAMENTO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS

Para compreender o olhar que a academia tem voltado para o agente e a agente penitenciária enquanto personagens do sistema prisional, foi realizado um balanço da produção acadêmica que leva em conta essa temática. Para tanto, procurou-se, por meio do Banco de Teses da CAPES, quais áreas do conhecimento possuem produção sobre os agentes. Ao realizar uma busca por palavras chave que envolvessem, de alguma maneira, agentes penitenciários (as palavras pesquisadas foram “guardas prisionais”, “agente prisional”, “agentes de segurança penitenciária”, “agentes penitenciários/penitenciárias” e “guardas prisionais”) encontrou-se não mais que uma dezena de estudos concluídos. As áreas de conhecimento de tais estudos voltam-se para as ciências sociais (ciência política, sociologia e ciências criminais), direito (direito penal), saúde pública e coletiva, educação em saúde, psicologia (psicologia do desenvolvimento humano e psicologia social) e letras.

A atenção dada aos agentes prisionais pelas pesquisas na área da saúde, assim como aquelas que eram realizados no âmbito da psicologia apontava para um novo campo de estudos, diferente daqueles com os quais estávamos acostumados, já que a maioria das pesquisas sobre o sistema prisional com as quais temos familiaridade volta-se para a área penal e criminal. No entanto, um olhar mais detido sobre tais estudos revelou que o pontapé inicial de tais pesquisas não se diferia muito das nossas curiosidades sobre as experiências vividas pelos agentes penitenciários. Os estudos da saúde, por exemplo, voltam-se para a qualidade de vida e saúde dos agentes penitenciários tendo em vista que estes exercem uma profissão marcada por grande pressão e riscos para a própria vida. O que tais estudos apontam é a incidência de diversas doenças causadas por um tipo específico de atividade profissional⁴ (hipertensão, diabetes adquirida, sobrepeso, entre outras). Os estudos provenientes da psicologia voltam-se para a compreensão das relações criadas pelos agentes dentro dos muros da prisão, seja com o espaço físico onde passam a maior parte do seu dia, seja com as demais pessoas que dividem com eles aquele espaço (funcionários e pessoas presas) e as consequências que tais relações possuem para sua saúde física e mental⁵.

⁴ Em uma pesquisa realizada no Sistema Prisional do Rio de Janeiro, Vasconcelos (2000) indicou os tipos mais comuns de doenças adquiridas por agentes de segurança penitenciário a partir do exercício da profissão.

⁵ Dentre os estudos realizados a partir da Psicologia, destaco a pesquisa de Lopes (1998) e Lourenço

Seguindo o pressuposto de uma antropologia feminista (HARAWAY, 1995), que pretende, antes de mais nada, construir um saber localizado a partir do desvelamento do contexto no qual se dá tal construção e dos interesses envolvidos nas pesquisas, acredito ser de grande importância analisar o contexto acadêmico no qual se deu a realização das pesquisas sobre os agentes de segurança penitenciária. O posicionamento dos pesquisadores, assim como seus interesses nas pesquisas realizadas informam não apenas o próprio conhecimento sobre tais personagens, mas também indicam linhas de ação como consequência de tais pesquisas.

Muitos dos autores que realizaram suas pesquisas sobre os agentes penitenciários já exerceram algum tipo de atividade profissional dentro dos presídios⁶. Nesse sentido, as perguntas sobre a vivência de tais agentes não parte de uma curiosidade distante e abstrata, mas sim de um cenário já previamente formado na experiência própria de cada autor. Não haveria nenhum problema nesse cenário se os pressupostos do trabalho já não fossem dados de antemão, as perguntas que animam tais pesquisas parecem fazer parte de um incômodo frente ao exercício da profissão do próprio pesquisador (enquanto psicólogo, ou assistente social, ou mesmo como guarda): uma experiência prévia de trabalho dentro dos presídios que teve como consequência um conhecimento prático sobre o ambiente no qual se realizam as atividades dos agentes parece gerar uma curiosidade sobre as maneiras como tais personagens lidam com um local de trabalho avaliado como insalubre, aviltante ou degradante pelos próprios autores.

O cenário para o desenvolvimento das pesquisas sobre agentes penitenciários já parece traçado de antemão, não havendo espaço para surpresas no decorrer do caminho. Se o cenário é assustador, o que nos resta é denunciar as opressões que os agentes e as agentes penitenciárias sofrem – juntamente com os presos – ao trabalhar cotidianamente do lado de dentro do cárcere, ou então, buscar entender os motivos que levam tais agentes a se disporem de mecanismos corruptos – mas aceitáveis, diante de tal cenário – para lidarem com as situações absurdas que encontram no dia a dia nas prisões.

A vivência de agentes prisionais a partir do olhar da Psicologia

Lourenço (2010) realizou sua pesquisa em dois presídios masculinos na Grande São Paulo. Sua experiência de quase vinte anos atuando como psicólogo em presídios paulistas permitiu que, aos poucos, fosse percebendo a maneira como os agentes prisionais lidam com o espaço no qual eles atuam cotidianamente. Sua principal questão de pesquisa volta-se para a relação desses

(2010).

⁶ Arlindo Silva trabalhou por mais de duas décadas como psicólogo em um presídio paulista, Vasconcelos atua como assistente social em um presídio fluminense, Lopes atuava diretamente na Secretaria de Administração Penitenciária, Castro e Silva autou como agente penitenciário em um presídio fluminense por alguns anos, antes da realização de sua pesquisa. Ver discussão adiante.

profissionais com o espaço físico do cárcere, as maneiras como tal espaço é percebido e quais as consequências que essas relações trazem para a vida psíquica do indivíduo. Para tanto, Lourenço se utilizou de levantamento de dados junto à Secretaria de Administração Penitenciária acerca da função de agentes prisionais no estado, na qual procurava saber o perfil dos profissionais e também as maneiras como estes se relacionavam com os serviços de saúde oferecidos pela Secretaria. Outra estratégia de pesquisa voltou-se para uma inserção etnográfica dentro dos presídios, de maneira a observar as relações que se davam ali, principalmente a forma como os guardas lidavam com o espaço físico no qual trabalhavam cotidianamente.

A partir do levantamento de dados junto à Secretaria, aliado à consulta a outras pesquisas sobre as profissões que mais envolvem riscos⁷, o autor chega à conclusão de que “os dados obtidos comprovaram que os Agentes de Segurança Penitenciária, no exercício de sua atividade profissional, estão expostos a riscos físicos e psíquicos mais acentuados quando comparados a outras categorias profissionais” (p.57). Tendo como ponto de partida tal assertiva, resta compreender a maneira como tais profissionais lidam com essa situação de risco iminente. Em sua argumentação sobre as razões que justificam a importância de tal pesquisa, Lourenço aponta:

As diferentes pesquisas trazidas para a discussão até o momento apontam para o intenso sofrimento e profunda desorganização ou desorientação psíquica numa parcela considerável desses funcionários que lidam mais diretamente com os presos, sejam denominados Agentes de Segurança Penitenciária ou simplesmente Carcereiros. Assim exposto, nossas atenções se concentrarão em buscar compreender como se organizam psicologicamente esses profissionais, durante o tempo significativo de sua atividade laboral, seja vigiando, fiscalizando, controlando, ou cuidando de comportamentos de presos no interior do cárcere, seja estabelecendo relações pessoais, grupais, intergrupais e institucionais nesse intervalo de tempo” (LOURENÇO, 2010, p. 67 e 68).

O que importa descobrir, no trabalho realizado por Lourenço, é a forma como os agentes prisionais organizam psiquicamente as experiências extremas vivenciadas no cárcere. Para tanto, Lourenço utiliza conceitos da psicologia como vetor de força e mobilidade, campo de força, relações de equilíbrio, espaço vital, entre outros. O foco de sua pesquisa não está no grupo de agentes e nas suas relações, mas no indivíduo e na forma como ele lida com tais questões, ou seja, a forma como reage a um ambiente hostil e de forma a, ainda assim, manter o equilíbrio e a saúde mental.

Um olhar sobre as consequências físicas

Vasconcelos (2000), em pesquisa realizada com agentes prisionais no estado do Rio de Janeiro, elencou uma série de doenças físicas adquiridas por estes profissionais a partir do exercício de

⁷ FOLHA DE SÃO PAULO, 30/8/1998, Caderno Empregos.

suas funções. Diferentemente de Lourenço, o foco de Vasconcelos volta-se para as consequências físicas que uma atividade exercida sob alto risco traz para um indivíduo. Segundo a autora, as doenças mais comuns são aquelas decorrentes de uma exposição prolongada a situações de estresse, sendo comuns relatos sobre diabetes adquirida, hipertensão, sobre peso e obesidade, etc.

Em sua discussão acerca das consequências físicas que o exercício da função de agente prisional traz para o indivíduo, Vasconcelos analisa brevemente duas questões específicas: no que consiste o trabalho do agente prisional, por um lado, e a proximidade com a população encarcerada, por outro.

Para Vasconcelos, a função do agente prisional apresenta um caráter confuso, que carece de materialidade. O agente prisional aparece como um ator que se divide entre a tarefa de vigiar os presos, cuidando para que eles não fujam, e oferecer a eles algum tipo de ressocialização. A autora, no entanto, não explora a ambiguidade da função do guarda – dividido entre uma tarefa ressocializadora e outra repressora – ela apenas focaliza a falta de materialidade da função do guarda e aponta para esse fato como uma fonte geradora de ansiedade, o que pode gerar diversos tipos de doenças a longo prazo.

Em um segundo momento, a autora trabalha as relações de proximidade que os agentes prisionais mantêm com a população encarcerada e as consequências que tais relações podem gerar para a saúde do guarda. A partir de entrevistas com agentes prisionais fluminenses, a autora procurou conhecer as concepções que tais atores possuem sobre saúde e doença, e pode perceber que, ao contrário do que se costuma pensar sobre as relações entre guardas e presos, para eles o fator que mais gera ansiedade e por isso causa um maior número de doenças não é a proximidade com a população encarcerada e sim as pressões vivenciadas cotidianamente dentro da instituição prisional.

Discurso e identidade: uma breve pesquisa a partir do ponto de vista da linguística

Harkot-de-La-Taille (2008) analisou sete entrevistas com agentes prisionais de uma mesma penitenciária do estado de São Paulo em busca das formas como tais agentes se apropriam do discurso alheio como uma maneira de construção de efeito de sentido de identidade. Os dados coletados pela autora são secundários, provenientes de uma outra pesquisa realizada por Rosalice

Lopes, no qual esta pesquisadora procura compreender os significados que o conceito de disciplina assume na fala e na ação de agentes prisionais⁸.

A partir da análise discursiva destas entrevistas, Harkot-de-La-Taille analisa as maneiras pelas quais os agentes prisionais entrevistados fazem uso do discurso alheio de formas distintas, buscando, a partir disso, construções diversas de sentido. Importa saber, segundo a autora, as estratégias discursivas utilizadas para a afirmação ora de uma identidade dotada de poder, por parte dos agentes prisionais, ora de uma identidade de vítima do sistema. Os resultados encontrados apontam a seguinte caracterização dos discursos dos agentes prisionais:

Na presente amostragem, diferente do que se poderia esperar, observa-se uma forte figurativização, no discurso citado em modo direto, pulsando de emoção e subjetividade. Repetem-se as figuras da faca, do castigo, do apanhar, do bater, remetendo a cenas do cotidiano que, a partir das escolhas lexicais realizadas pelos entrevistados, projetam o ASP (*agente de segurança penitenciária*) dotado de poder e o preso, na base da cadeia hierárquica, como fraco, vulnerável, subserviente. Até mesmo as falas atribuídas aos últimos tendem a reforçar essa dinâmica. Há apenas variação quando o discurso citado origina-se entre pares, ou face à sociedade, situações em que a complementaridade simples anterior é abalada e, conseqüentemente, o agente passa a ser criticado, acusado, censurado, assumindo, por vezes, o lugar da vulnerabilidade (HARKOT-DE-LA-TAILLE, 2008, p.16). Grifos meus.

Quando a lei não é a norma: um estudo a partir das normais legais

A pesquisa realizada por Castro e Silva (2008) acerca das concepções que os agentes de segurança penitenciária têm sobre o uso da violência em suas interações com as pessoas presas é devidamente contextualizada, em seu livro, com a experiência do próprio autor enquanto sujeito que já exerceu a profissão de guarda. No momento da pesquisa, o autor já havia sido exonerado da função para exercer o cargo de policial civil, e com isso, o pesquisador se coloca no texto como uma pessoa distante, porém próxima – ele conhece os códigos, mas por estar afastado já há algum tempo do convívio prisional, desconhece a realidade atual do sistema penitenciário e das circunstâncias que marcam a atuação dos agentes de segurança penitenciária no momento em que realizou a pesquisa.

Para além de uma descrição de como se dá o dia a dia de um agente prisional, o autor descreve, brevemente, as questões legais que orientam o funcionamento de uma prisão. A finalidade de tal descrição volta-se para um questionamento acerca da tensão entre aquilo que a lei prevê e o que

⁸ LOPES, Rosalice. Atualidades do discurso disciplinar: a representação da disciplina e do disciplinar na fala dos agentes de segurança penitenciária. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia, USP, 1998.

de fato acontece. É a partir desta dicotomia que Castro e Silva descreve a realidade do Instituto Presídio Hélio Gomes, situado no Rio de Janeiro, como um espaço em que acontecem constantes negociações entre os guardas e os detentos, em um equilíbrio sempre tenso que, no final da equação, permite que exista uma certa harmonia nas relações dentro do presídio, e faz com que o mesmo funcione, apesar de todas as irregularidades presentes.

Estudos pioneiros

A maioria dos estudos citados apóia-se em estudos anteriores que são pioneiros no país sobre os agentes de segurança penitenciário. Apesar de se constituírem no campo da sociologia ou do direito interdisciplinar, as pesquisas de Moraes (2005) e Chies (2001) são amplamente citadas pelos estudos aqui relacionados.

Moraes realiza uma discussão mais ampla sobre o funcionamento das instituições carcerárias no mundo moderno. Seu intuito é desvendar a maneira pela qual a punição foi se transformando em um instrumento de inflição de dor velado pelo objetivo da ressocialização. O interesse pelos agentes penitenciários aparece a partir do momento em que o autor percebe tais atores como um entrave para o conhecimento das consequências dessa mudança do paradigma da punição. Sendo assim, o estudo realizado sobre os agentes prisionais assume um aspecto secundário na pesquisa de Moraes, já que sua preocupação volta-se, principalmente, para a pena de reclusão como uma forma velada de infringir dor aos apenados.

A importância do trabalho de Moraes volta-se para a forma como ele pôde articular o exercício da profissão de agente prisional com a sobrevivência das instituições prisionais como a forma privilegiada de punição no mundo moderno. Diferentemente dos demais trabalhos, Moraes realiza importantes conexões teóricas a partir dos dados coletados em campo, e certamente por isso as suas conclusões são citadas por todos aqueles que pretendem se voltar para os agentes prisionais como objeto de pesquisa.

A pesquisa coordenada por Chies, cujo objeto era uma visão interdisciplinar sobre a prisionalização de agentes penitenciários de uma unidade prisional de Pelotas, também é citada de forma exaustiva nas pesquisas aqui mapeadas. Certamente por fazer parte dos raros livros publicados sobre o assunto, mas principalmente por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar realizada por um grupo de pesquisadores de áreas como direito, sociologia e psicologia. Seus resultados, portanto, contemplam diversas visões acerca da realidade profissional dos agentes prisionais, o que faz com que a pesquisa ofereça diversas pistas para o desenvolvimento de novas investigações em torno dos agentes prisionais. As conclusões de tal estudo apontam para um efeito de prisionalização sofrido pelos agentes prisionais: também eles percebem em si

consequências negativas pela vivência continuada dentro dos muros do cárcere, o que faz com que desenvolvam certas doenças ou fobias típicas dos prisioneiros.

POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO DOS PRESÍDIOS – CONTEXTUALIZAÇÃO

Os acontecimentos referentes à rebelião de presídios, a formação de facções criminosas, o aumento da violência e criminalidade nas cidades estampam quase que diariamente os jornais impressos e os noticiários da televisão. A mídia, muitas vezes usando-se de reportagens e matérias sensacionalistas, faz com que aumente ainda mais a sensação de medo e insegurança na população. Ao mesmo tempo, a intolerância e a exigência por métodos punitivos ainda mais rigorosos manifestam-se por quase toda a sociedade civil.

O Estado, por sua vez, tenta responder à sociedade através do paradigma crime / castigo: os índices de encarceramento aumentam para tentar diminuir as taxas de criminalidade, como uma resposta à demanda da sociedade civil no que diz respeito à contenção da violência através do encarceramento. No caso do estado de São Paulo, a resposta veio por meio da desativação do Carandiru – a maior penitenciária do estado, chegando à população de 8000 detentos – e transferência destes presos da capital para unidades menores espalhadas pelo interior do estado.

Com a transição política caracterizada pelo fim do regime militar e o início do período de redemocratização no Brasil, compreendidos entre as décadas de 1980 e 1990, um dos acontecimentos relacionados a este processo é a política de expansão penitenciária que se desenvolveu pelo interior do estado de São Paulo.

Durante a década de 1990, ocorreu o massacre do Carandiru em 1992, registrando, oficialmente, a morte de 111 detentos; sua desativação se deu 10 anos mais tarde, em 2002. Ainda nos anos 1990, foram construídas 21 novas unidades prisionais, todas elas espalhadas pelo interior do estado para atender um déficit de vagas. Dentre elas, encontra-se a Penitenciária II de Itirapina – objeto de pesquisa deste estudo – construída no ano de 1998. Ao mesmo tempo, o país passava por um crise econômica e por uma alta taxa de desemprego.

Segundo Góes (2004), a política de interiorização das unidades prisionais promovida pelo governo federal e pelo governo do Estado de São Paulo se articulou baseada em duas linhas principais: a promessa de alívio para a população da capital, com a desativação da Casa de Detenção (Carandiru), eliminando a concentração prisional ocorrida na cidade de São Paulo, e a promessa de centenas de novos empregos para as cidades do interior que receberiam unidades prisionais.

Durante o governo de Franco Montoro, em 29 de dezembro de 1986, através da lei complementar de número 498, foi instituído o cargo de Agente de Segurança Penitenciária (ASP), substituindo o de Guarda de Presídio (GP), criado por um decreto de 1946, data do primeiro registro de regulamentação da profissão. Em 2004, o governo do estado de São Paulo cria uma lei complementar definindo oito classes para os agentes de segurança penitenciária⁹.

Este panorama tem como mote a política penitenciária de interiorização das unidades prisionais, estabelecida nas últimas décadas pelo governo do estado de São Paulo. São mais de 25 mil funcionários públicos concursados que trabalham como agentes de segurança, tais como: agentes de segurança penitenciária (ASP) e agentes de escolta e vigilância penitenciária (AEVP). Estes trabalhadores estão espalhados por 149 unidades prisionais¹⁰, dentre elas 117 localizadas no interior do estado.

Destas 117 unidades prisionais, duas se encontram no município de Itirapina, interior de São Paulo. Ambas as penitenciárias estão localizadas dentro do perímetro urbano do município. A Penitenciária Dr. Antônio de Queiroz Filho, também conhecida por “Penitenciária I” ou “P I”, localiza-se em uma das entradas da cidade, na principal via de acesso à Rodovia Engenheiro Paulo Nilo Romano, que liga Itirapina até Bauru. A segunda unidade prisional, a Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio, também chamada de “P II”, foi construída próxima ao pequeno distrito industrial.

Localizada na região central do interior do Estado de São Paulo, Itirapina dista cerca de 220 km da capital paulista. A cidade pertence à Bacia Hidrográfica de Piracicaba e a área do município é de 564 km². Itirapina faz limites com os municípios de Corumbataí, Rio Claro, Ipeúna, São Pedro, Brotas, São Carlos e Analândia.

Dos anos 1950 até o final da década de 1970, Itirapina sofreu com o declínio da ferrovia – sua mais importante fonte de empregos – e presenciou, ainda na época da ditadura militar, a construção da Penitenciária Dr. Antônio de Queiroz Filho, no ano de 1978. Vinte anos mais tarde, em 1998, a segunda instituição prisional começa a funcionar: a Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio.

Segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP)¹¹, a P I tem capacidade para 210 detentos no regime fechado, mas possui atualmente população de 573 detentos distribuídos

⁹ Essas classes, segundo a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) são compreendidas entre I e VIII. Elas estão interligadas com o tempo de trabalho no funcionalismo público, maior remuneração e outros fatores inclusos no plano de carreira de um funcionário público pertencente à esta Secretaria.

¹⁰ Dados obtidos pela revista da SAP (anexo)

¹¹ <http://www.sap.sp.gov.br>. Acesso em maio de 2011.

num único pavilhão. Seu anexo de regime semiaberto possui capacidade para 200 detentos, mas opera com uma população de 233, segunda a própria Secretaria. A Penitenciária I possui aproximadamente 150 funcionários, entre membros da diretoria, agentes penitenciários e auxiliares administrativos. Os membros da diretoria residem dentro dos limites da unidade prisional, em casas cedidas pelo governo do Estado.

A Penitenciária II possui oficialmente 852 vagas, mas sua população é de aproximadamente 1802 detentos dispostos em seis pavilhões. Sua ala de progressão penitenciária comporta 108, mas sua população atual é de 179 presos. A P II tem aproximadamente 250 funcionários, entre os quais se encontram também auxiliares administrativos, chefes, diretores e agentes penitenciários¹². Os membros da diretoria da Penitenciária II também habitam em moradias concedidas pelo governo estadual que se localizam nas dependências da unidade prisional¹³.

O município de Itirapina possui atualmente 15.819 habitantes¹⁴, segundo dados obtidos através da fundação SEADE. Com a transferência dos detentos para as penitenciárias de Itirapina, suas famílias acabam se mudando para a cidade e muitas vão habitar os bairros da periferia. Ademais, os agentes penitenciários e seus familiares vindos de outros municípios se transferem para a cidade e estabelecem moradia por causa da oportunidade de emprego.

RELAÇÕES DE PROXIMIDADE E AFASTAMENTO: O ESPAÇO URBANO MODIFICADO

Os estudos de Simmel (2005) sobre a cidade e os fenômenos relacionados ao contexto do começo do século XX e suas transformações se diferenciaram de outros estudos da época principalmente por causa de seu interesse por uma análise microssociológica, atenta para as relações entre os atores sociais. A ênfase de seus estudos recaiu principalmente na análise da multiplicidade e da pluralidade de perspectivas. A partir disto, há de se perceber a relevância que o autor deu aos indivíduos, ou melhor, às relações de caráter situacional entre eles, apresentando, desta maneira, uma forma inovadora de análise dos novos fenômenos que surgiam num novo espaço. Essa sociabilidade¹⁵, podemos assim afirmar, se constrói e também se dissolve, entre os mais variados atores das mais diferentes classes. O local responsável que faz com que se viabilizem esses novos tipos de relação é justamente a cidade. Seus espaços de sociabilidade propiciam o surgimento

¹² Não há como ter um número absoluto, pois a transferência de detentos é intensa e diária. Este constante e intenso fluxo de detentos também foi observado em BIONDI (2010)

¹³ Números obtidos no site da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP): <http://www.sap.sp.gov.br/>

¹⁴ <http://www.seade.gov.br/>

¹⁵ Para uma leitura mais aprofundada, cf. – Simmel, G. “Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal” in Moraes, E. (org.). Sociologia: Simmel. São Paulo, Ed. Ática, 1983.

destes tipos de relação e interação. A cidade coloca em contato os estranhos e/ou estrangeiros. O estrangeiro acaba por multiplicar as possibilidades de sociabilidade em determinados contextos:

A unificação de proximidade e distância envolvida em toda relação humana organiza-se, no fenômeno do estrangeiro, de um modo que pode ser formulado da maneira mais sucinta dizendo-se que, nesta relação, a distância significa que ele, que está próximo, está distante; e a condição de estrangeiro significa que ele, que também está distante na verdade está próximo, pois ser um estrangeiro é naturalmente uma relação muito positiva: é uma forma específica de interação (SIMMEL, 1983, p. 182).

Surge então um indivíduo que evoca a síntese de proximidade e distância: o estrangeiro, que movimenta-se entre diversos espaços e estabelece os mais variados laços de sociabilidade com os múltiplos atores que surgem em cada canto do cenário urbano.

O principal ator envolvido nesta interação seria o estrangeiro: é justamente ele quem permite a troca da experiência baseada em meios simbólicos entre múltiplos atores que permeiam os mais diferentes espaços de sociabilidade da metrópole. A cidade surge, desta maneira, como espaço do confronto da diversidade, em que o operador comum deste fenômeno é o estrangeiro. Mas este estrangeiro não é apenas o viajante passageiro, como bem salientou Simmel (1983): não é o viajante que chega hoje e parte amanhã, mas o que chega hoje e amanhã fica.

Apesar de parecer à primeira vista, paradoxal, é justamente a partir de uma relação que aparenta uma dissociação que surge uma das formas elementares de socialização (SIMMEL, 2005). A cidade se apresenta, novamente, como espaço do confronto da diversidade. E este confronto pode ser tanto negativo quanto positivo, ou seja, da mesma maneira em que surgem novos contextos e identidades, ao mesmo tempo outros também podem vir a desaparecer. Porém, estes processos não deixam de serem partes integrantes da prática da socialização que encontramos principalmente nos centros urbanos.

Percebemos, assim, como as relações de proximidade e de afastamento permeiam todo este processo, de como a figura do estrangeiro aparece em evidência neste fenômeno. Sobre a cidade, ela surge como local da liberdade, que ao mesmo tempo serve para se manter uma relação idealizada das relações modernas e urbanas. A cidade, portanto, ganha a devida importância não por ser a origem de todas de vários tipos de sociabilidade, mas por ser o principal local onde se dá o fluxo de pessoas, de relações e interações (HANNERZ, 2007).

Acerca desta breve explanação sobre os indivíduos na cidade e sobre a própria cidade, outro aporte teórico deste trabalho é o diálogo com fatores que envolvem a violência. Se as relações sociais, muitas vezes baseadas em fatores como desconfiança, crime e segregação, estendem-se a

todo o cenário urbano por elas transformado. Portanto, há de se atentar para o fato de quais fatores circunstanciam esse processo.

Alguns acontecimentos envolvidos na análise do caso de Itirapina são principalmente o medo, a insegurança e a desconfiança, que se imbricam com o contexto urbano, que as duas penitenciárias acabam por influenciar na mudança da dinâmica social da cidade. O estudo de Teresa Caldeira (2000) proporciona um diálogo entre o cenário urbano, suas relações, interações e transformações. Aliados a isso, a discussão sobre a construção dos muros e os processos que envolvem violência, medo e a desconfiança estão sempre presentes.

Sob esta perspectiva em que a temas sobre a violência se imbricam a questões relacionadas com o urbano, a cidade de São Paulo tornou-se uma cidade de muros. A paisagem urbana foi transformada, assim como seu espaço público e conseqüentemente, as formas de interação entre as pessoas da metrópole.

Cláudia Fonseca (2004), em seu livro sobre as interações sociais entre classes populares, também chama a atenção para este fenômeno da construção de muros quando nos apresenta a Vila do Cachorro Sentado, localizada em Porto Alegre - RS e seus arredores:

Muros construídos ou fortificados durante os últimos cinco anos pelos proprietários dos terrenos circunvizinhos. Num dos lados, há particulares que acreditam se proteger assim da contaminação e dos perigos de roubos (FONSECA, 2004, p.22).

É interessante notar, tanto no caso de Caldeira, quanto no caso de Fonseca, como são concebidas as relações entre forma urbana e vida cotidiana. Caldeira afirma que estas são relações complexas e geralmente de caráter disjuntivo: processos simultâneos com significados opostos (CALDEIRA, 2000).

Assim como em Simmel, em que os espaços de sociabilidade produzem diferentes tipos de interação, Caldeira conclui que a qualidade do espaço construído, inevitavelmente, influencia a qualidade das interações sociais que aí acontecem. Ou seja, o papel do cenário é de fundamental importância no que diz respeito à influência dos tipos de relações ali ocorridas. Ora, na cidade de Itirapina, o cenário se transforma principalmente pela influência da construção das duas unidades prisionais. Em linhas gerais, a construção das muralhas das prisões propiciou a construção de muros no espaço urbano.

Sendo assim, o espaço público da cidade moderna acaba produzindo uma relação de distanciamento e de proximidade, onde interações sociais promovem o confronto de anonimatos, baseados numa cidadania, fazendo com que desse processo apareçam direitos e deveres de uns

perante os outros. Partindo deste pressuposto, essa interação promoveria uma pulverização das diferenças e hierarquias. A demonstração de um processo ideal de espaço público urbano e moderno cristalizaria, por assim dizer, relações democráticas pautadas em encontros anônimos (CALDEIRA, 2000).

Porém, o que acontece na cidade de São Paulo, segundo a análise de Caldeira, é o inverso deste processo: a cidade de muros nega as características de um ideal democrático. O que sobressai neste tipo de interação social é justamente a desigualdade e a segregação, que acabam por estruturar as relações presentes no espaço social da metrópole paulista. A cidade de muros possui fronteiras fixas e o seu espaço é por muitas vezes restrito e controlado. O controle deste espaço influi no tipo e na maneira de como se dará a sociabilidade entre os indivíduos. Se por um lado, a cidade de muros possui fronteiras fixas, a cidade com as penitenciárias propicia o surgimento de outros tipos de fronteira. Fronteiras também estabelecidas pelo medo e pela desconfiança. Porém estas fronteiras se erigem e desaparecem no momento em que agentes, detentos, familiares e outros moradores da cidade interagem no cenário urbano.

No entanto, há certa fluidez no surgimento e desaparecimento destas fronteiras, que se estabelecem sob a influência de vários fatores. As múltiplas combinações envolvendo espacialidades, temporalidades e sociabilidades entre atores sociais acabam por estabelecer uma nova configuração do urbano numa cidade de pequeno porte. As relações estabelecidas entre agentes e familiares de presos, por exemplo, podem se manifestar de uma maneira diferente dentro e fora da prisão.

Enquanto, dentro dos limites da prisão, os agentes fazem a revista em familiares de presos, mantendo assim, um contato mais direto, ao mesmo tempo que tenso e conflituoso, no único supermercado da cidade, quando agentes e parentes de detentos compartilham um espaço público, a tensão e o conflito podem surgir manifestados através de preconceito e segregação. Não que o preconceito esteja ausente nas relações dentro do presídio e somente presente nas relações da cidade.

As relações de afastamento e proximidade se dão de maneiras diferentes tanto dentro quanto fora da prisão. O que parece permanecer, de fato, é certo tipo de conflito e de tensão. Porém existem diferenças sutis entre a manifestação da tensão vivida por parentes de presos e agentes penitenciários. Se dentro dos limites das muralhas ela se dá de maneira direta e impositiva, fora destes limites, ela se dá indiretamente e de maneira segregativa.

Até mesmo as relações tecidas entre agentes penitenciários são diferentes. Enquanto alguns são somente colegas de trabalho, outros podem ter um parente trabalhando ao seu lado, como pai e

filho, irmão ou cunhado. Diferentes graus de proximidade, tais como amizade e parentesco, influenciam as relações tanto dentro quanto fora dos limites da penitenciária.

Com essa transformação do espaço, e a conseqüente mudança das relações e interações sociais, os meios de sociabilidade, sejam eles impostos de maneira espacial, arquitetônica ou comportamental, influenciam na convivência dos mais variados grupos sociais que interagem com o espaço público modificado; este processo se dá, muitas vezes, de maneira contraditória. Este confronto da diversidade, como assinalado por Simmel anteriormente, produz a todo momento relações de afastamento e proximidade. A aparente dissociação, para Simmel, na verdade é uma forma de interação. Porém, no caso de São Paulo, ela acaba por criar um resultado perverso.

Relacionando as transformações ocorridas no meio urbano com questões de classe e interações mediadas pelo medo, Caldeira trata também sobre o processo de democratização e o resultado de políticas impostas pelo Estado. Curioso é notar que estas mudanças ocorridas no meio urbano não foram resultado de alguma ação do Estado,

mas sim da maneira pela qual os cidadãos se engajaram em sua cidade; elas [as mudanças] podem ser vistas como o resultado de uma intervenção democrática. Embora esse engajamento possa ser visto como uma forma de ação democrática, ele produziu sobretudo resultados não democráticos. A perversidade desse esforço dos cidadãos é que ele levou à segregação mais do que à tolerância (CALDEIRA, 2000, 327).

Portanto, a criação de muros trouxe novamente à tona hierarquias, privilégios e segregação que haviam sido removidos da esfera política (CALDEIRA, 2000). Interessante perceber que este fenômeno, na afirmação de Caldeira, não é fruto do Estado, mas sim dos indivíduos que habitam a cidade. Há, portanto, o reforço e extensão do aparelho punitivo do Estado, direcionando-se para as zonas subalternas do espaço social e urbano, ou seja, espaços onde se acumulam as desordens e toda sorte de problemas (CUNHA, 2008).

Se a periferia das grandes cidades não é mais depositária desta política penitenciária promovida pelo estado de São Paulo, agora é a vez destas pequenas cidades do interior paulista, carentes de recursos, receberem as conseqüências do sistema prisional. A política de expansão penitenciária corrobora com essa afirmação, inserindo Itirapina nesta questão.

Assim, se na análise de Simmel a cidade surge como o local para novos tipos de relação, já no estudo de Caldeira a cidade de muros traz também novos tipos de relação, porém pautados pelo crime e pelo medo. Se em São Paulo os novos tipos de relação são a intolerância e a construção dos muros, na cidade de Itirapina o processo é um pouco diferente. Apesar de haver também o

medo e a desconfiança, assim como a construção de muros, a interação entre estes fatores se dá de maneira diferente, fruto de um novo contexto.

Os muros de Itirapina se assemelham mais à análise do bairro Jardim das Camélias (FONSECA, 2004), onde há muros, mas a sociabilidade ainda permanece, mesmo que de uma forma menos intensa. A desconfiança se dá principalmente entre os agentes penitenciários com relação aos parentes de presos. Os muros não deixam de aparecer, e a sociabilidade ainda persiste tanto no bairro de classe baixa de Porto Alegre quanto no meio urbano de Itirapina.

A construção dos muros em Itirapina está mais intimamente relacionada com a construção das penitenciárias do que com o “erro de percurso” dos ideais modernos e democráticos da São Paulo de Caldeira. Se em São Paulo as relações ditas anônimas e o espaço comum de convivência entre classes diferentes desaparecem, em Itirapina percebe-se outro fenômeno – a rua continua sendo o espaço comum, onde as diferentes classes interagem e mantêm certa sociabilidade. Agentes, parentes de agentes, familiares de presos e até presos egressos dividem o espaço público do município. A presença das duas penitenciárias agrega fatores que possibilitam a convergência de indivíduos de diferentes classes e grupos sociais convivendo dentro do limite urbano.

O desafio, portanto, é o de perceber uma rede fluida de relações, que se modifica seja através do espaço, do estabelecimento de fronteiras (físicas ou não) e do prolongamento entre a vida intramuros e extramuros estabelecida por um conjunto de comportamentos que se transformam continuamente neste percurso.

PRESTÍGIO E STATUS

As características de um município de pequeno porte criam possibilidades para que haja uma maior interação entre seus moradores. Assim, a sociabilidade e as formas de interação são diluídas entre o “conhecer” e o “desconfiar”. A desconfiança, o estabelecimento de hierarquias e diferentes formas de sociabilidade aparecem nesta nova paisagem urbana.

Vale lembrar que com a convergência de vários fatores, tais como a construção das penitenciárias na cidade de Itirapina a partir da política de interiorização das penitenciárias e os baixos custos de se viver numa cidade carente de recursos, surge uma nova classe social e econômica no município: o agente penitenciário. Vindo muitas vezes de camadas humildes e também mesmo do meio rural, o agente penitenciário se distingue dos demais por ser um funcionário público,

detentor de um emprego estável e com rendimentos superiores aos da média dos demais trabalhadores da cidade¹⁶.

Surge desta maneira, uma nova classe média (para os padrões da cidade), que possui acesso mais fácil na obtenção de crédito no comércio local, além de ter a oportunidade de efetuar empréstimos e de financiar seu automóvel e sua casa própria. Curioso notar uma faixa estendida na entrada do único supermercado existente na cidade, indicando facilidades de crédito para os funcionários das penitenciárias.

Quando o assunto é financeiro, percebemos, tanto na fala dos agentes, quanto na de seus familiares ou até mesmo de outras pessoas da cidade, a importância de se trabalhar “pouco” e ganhar “bem”, mesmo tendo apenas como formação o ensino médio. Conforme um agente afirmou:

Pra Itirapina é um salário excelente. Onde você vai ganhar o que se ganha no presídio? Quem não tem nível, ganha uns R\$ 2.200. O pessoal mais antigo chega a ganhar 3000 reais por mês. Pra São Paulo, é um salário pequeno, o custo de vida lá é muito alto. Mas pra Itirapina...

A maioria dos agentes de Itirapina argumenta que a profissão de agente penitenciário é uma das mais bem remuneradas da cidade. Além disso, muitos se gabam por trabalhar “apenas quinze dias por mês”, já que a maioria trabalha num horário compreendido por uma alternância entre um turno de 12 horas de trabalho e 36 horas de folga. São conhecidos como “plantonistas”; já que seu turno de trabalho é classificado por eles mesmos como “plantão”. Alguns agentes penitenciários trabalham em horário comercial, principalmente os lotados no setor administrativo. São conhecidos como “diaristas”. Outro fator que pesa a favor de ser agente penitenciário é a exigência de apenas o diploma do ensino médio para poder prestar concurso: “que emprego vai pagar 2000 reais só com o colegial?”.

A aquisição deste novo padrão de vida cria prestígio entre os moradores da cidade. Este contexto então favorece o surgimento de novas relações, muitas vezes pautadas pelos mais variados e fluidos laços de sociabilidade, sejam entre funcionários da prisão e moradores mais antigos da cidade, como também entre detentos e familiares. Muitas destas pessoas envolvidas até então não estavam acostumadas com um cotidiano inspirado pelo medo e desconfiança. Na cidade do Rio de Janeiro, segundo Castro e Silva (2008), os agentes têm a necessidade de esconder muito bem sua identidade profissional:

¹⁶ Itirapina, segundo a Fundação SEADE, está no Grupo 5 do IRPS (Índice Paulista de Responsabilidade Social): Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade. <http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/> acesso em maio de 2011.

Em sociedade o Agente Penitenciário não tem o menor orgulho de revelar sua profissão. Quando por força das circunstâncias, é obrigado a fazê-lo, diz receber em troca olhares de desconfiança e acusação, como se ele fosse o responsável pelas mazelas do sistema penal. Quando perguntei a um guarda como ele achava que a sociedade o olhava, ele me respondeu o seguinte: “a sociedade faz bico, agente penitenciário, hum, hum, hum. O colega foi abrir um crediário na época que morreu um monte de preso em um incêndio lá em Água Santa. Ele disse que tava na loja, aí calhou de falar ‘eu sou agente penitenciário’. Aí parou a loja, todo mundo parou. (CASTRO E SILVA, 2008, p. 72).

Os Agentes Penitenciários do Rio de Janeiro apenas usam seus uniformes quando chegam à prisão, se trocando no vestiário da instituição; já em Itirapina, eles saem de casa para o trabalho já vestindo seus uniformes. Como a cidade é pequena, muitos vão para o seu local de trabalho em bicicletas, ostentando nas costas de suas camisas o brasão do Estado de São Paulo juntamente com o escrito: “Agente Penitenciário”.

Harkot-de-La-Taille (2008) também observou a distinção social e preconceituosa feita pela sociedade em relação à figura do agente. É estabelecida uma relação entre o dentro e o fora da prisão. A interação entre preso e agente e entre agente e sociedade é analisada, trazendo à tona questões relacionadas à hierarquia e status.

A vulnerabilidade, dentro do presídio, parece ser inteiramente do preso, enquanto, em sociedade, passa a ser do agente, que mente sobre seu trabalho, para se proteger do possível julgamento social negativo de sua imagem. (Harkot-de-La-Taille, 2008, p. 488).

Segundo a narrativa e a apreensão de alguns agentes de Itirapina, diferente do proposto por Harkot-de-La-Taille (2008), a vulnerabilidade está mais ligada à figura do agente, pois, para eles, “quem manda na cadeia é o preso”. Além disso, nenhum agente penitenciário de Itirapina mente sobre seu trabalho, já que as percepções positivas são muito maiores do que os comentários negativos a respeito de sua profissão.

É comum, na maioria das vezes, escutar depoimentos de pessoas que não trabalham nas penitenciárias sobre a imagem do agente penitenciário. Quem se encontra do lado de fora da prisão e nunca teve contato com os dois lados, acredita que o trabalho do agente é simples, pois ganha-se bem e trabalha-se pouco. A maioria das pessoas que nunca trabalharam dentro da prisão, por não conhecerem os meandros da profissão, julga o trabalho de ASP como um serviço fácil, combinado com uma ótima remuneração.

Portanto, a desigualdade e o estabelecimento de hierarquias também se dão nas relações e interações sociais em Itirapina. O espaço público torna-se o confronto da diversidade, como assinalado por Simmel, e percebemos que as relações elementares de sociabilidade, como a aproximação e o distanciamento, ocorrem cotidianamente. Porém estas relações se dão num novo

contexto: uma pequena cidade que tem sua vida cotidiana circundada por duas penitenciárias. Os muros estão presentes, como na análise de Caldeira. O meio urbano também sofre influência do meio rural, característico de pequenas cidades do interior paulista.

Assim como acontece no estudo de Fonseca (2004), existe certa suspeita e desconfiança entre pessoas estranhas, e a nova classe média oriunda do funcionalismo público também percebe e classifica outras pessoas como “inferiores”; no caso, principalmente mulheres e parentes de presos. Com base na afirmação de Caldeira (2000), percebemos que a desconfiança com pessoas ditas “diferentes” não é exclusividade da classe alta de uma metrópole. Isto acontece também num município de pequeno porte como Itirapina.

Na cidade de São Paulo, segundo Caldeira (2000) vigilantes particulares e as classes mais ricas traçam um perfil do suspeito através de estereótipos baseados na imagem pejorativa do pobre e do negro. Este fenômeno também ocorre em Itirapina, porém permeado pela influência e pela dinâmica causadas pela vinda das penitenciárias. A segregação e a desconfiança se dão pautadas na imagem do detento. Alia-se, portanto, a imagem do pobre com a do negro e principalmente, com a do criminoso. Desconfiança também observada nos estudos de Barbosa (2007):

Dizia-me um funcionário do Sistema, com quem conversei, da insegurança que experimentava. Imaginava uma multidão de olhos que se distribuía para frente e para trás no tempo, marcando seu rosto sem que nada pudesse fazer para burlar essa vigilância. Isto comportava tanto os egressos e seus visitantes, quanto o que para ele era um caso extremo: as crianças que visitavam os presos e a impossibilidade de reconhecê-las, uma vez que, com o passar do tempo, se tornavam homens. “Alguns deles criminosos, assim como o pai, o tio, o avô” – assinalava. O que fazer neste caso? Dizia que vivia em um estado de tensão contínua, de permanente observação dos locais aonde ia e das pessoas com quem encontrava. Paranoia infinita diante da linha genealógica do crime (BARBOSA, 2007, p. 147).

Pessoas ligadas aos apenados, como suas esposas, mães e filhos, são vistos em sua maioria, de maneira discriminatória. A relação de proximidade e afastamento toma uma dimensão pejorativa também, mas desta vez pautada no medo e na desconfiança gerados por um imaginário que circula nos comentários cotidianos acerca das duas unidades prisionais da pequena cidade.

Muitos agentes penitenciários almejam um cargo de diretor. Além do prestígio de ser membro da diretoria e de ganhar um salário mais alto, o agente promovido a diretor tem a opção de morar dentro das dependências da penitenciária. Dentro dos muros da prisão, há como se fosse um pequeno condomínio de casas cedidas pelo governo do Estado para os membros da diretoria. Além de não ter que pagar contas de água e energia elétrica, cada membro tem direito a uma parcela dos gêneros alimentícios destinados ao abastecimento da prisão.

Além dos comentários destes prováveis benefícios, é interessante notar que muitos agentes, quando indagados sobre a estranheza de morar numa casa a quinhentos metros das muralhas dos pavilhões da penitenciária, respondem que não há lugar mais seguro do que lá: “Nenhum preso vai fugir e entrar na casa do diretor, ele vai é tentar sumir da cidade. E nenhum ladrão vai ser louco de entrar na cadeia pra roubar a casa de alguém lá”.

Podemos perceber também uma característica muito interessante sobre o prestígio de ser agente penitenciário: esse prestígio, esse status agregado à profissão se dá exclusivamente dentro do município. A hierarquia estabelecida em torno do salário e do horário de trabalho se dá envolvida com o imaginário cotidiano da população. Em cidades um pouco maiores, como é o caso da vizinha São Carlos, isso se dá de forma distinta. Numa cidade com mais de 200 mil habitantes, como é o caso de São Carlos, a variedade de profissões e as diferenças salariais solapam o status de ser agente numa cidade de médio porte. Médicos, advogados, professores universitários etc., além de possuírem maiores rendimentos que os agentes, não possuem como agravante as características pejorativas de terem sua profissão ligada ao sistema prisional e, portanto, ao crime e à violência.

Percebe-se, portanto, como este novo contexto prisional em pequenas cidades do interior paulista muitas vezes invertem valores antes pré-estabelecidos. Podemos afirmar que o status do agente se dá apenas nos limites urbanos da pequena cidade, envolto num círculo de relações que permeiam desde o convívio intramuros, passando pelo convívio entre os moradores da cidade até chegar ao convívio familiar, em suas residências.

SER UM AGENTE PRISIONAL EM SP: A PRESENÇA DO PCC E A MUDANÇA NA DINÂMICA INTERNA E EXTERNA AO CÁRCERE

A partir da fala dos agentes e das agentes prisionais entrevistados em uma das pesquisas realizadas na cidade de São Paulo, é possível perceber que a presença do PCC – Primeiro Comando da Capital – enquanto facção criminosa é sentida como um medo constante. Medo de ser atacado na rua, medo de morrer, medo de emboscada. No entanto, esse medo não é sentido dentro do presídio, local onde as guardas e os guardas ainda se sentem donos do pedaço – espaço conhecido, delimitado. O perigo vem da rua, esse lugar confuso, indefinido, desconhecido.

É na rua, então, que os agentes prisionais precisam tomar mais cuidado. É na rua onde é preciso não se identificar, escondendo o uniforme, camuflando a filiação institucional. Antes do PCC havia um certo orgulho em se identificar como agente – os filhos na escola diziam claramente que os pais eram agentes prisionais. Hoje, ao contrário, é melhor não dizer nada, é melhor não se expor.

Certamente que é sabido quem corre risco de ser atacado. O guarda justo não precisa temer. Quem teme é o guarda violento e o corrupto: aqueles que de alguma maneira abusam do poder, ou então são tão criminosos como os presos e por isso deveriam eles estarem presos também. No entanto, ninguém quer correr o risco, ele pode vir de qualquer lugar.

O interessante a notar é que a presença do PCC modifica a dinâmica de disputa de poder presente no cárcere, trazendo um caráter espacial invertido: o guarda passa a sentir medo na rua, sentindo-se seguro no presídio. O PCC, de certa forma, prende os guardas no presídio, enquanto controla a dinâmica da cidade. Certamente que o controle de toda a dinâmica urbana não está sob o mando do PCC, no entanto, esse caráter de medo difuso que a presença de tal facção tem gerado entre os agentes prisionais faz com que eles se sintam mais seguros naquele lugar reconhecido como morada dos criminosos.

Antes do surgimento e fortalecimento do PCC nos presídios paulistas, os agentes prisionais se colocavam como aqueles que garantiam a ordem dentro do presídio: fosse por meio da negociação ou da repressão violenta, eram eles quem davam a última palavra dentro do pavilhão. Certamente que essa dinâmica já era marcada por enorme tensão, sendo baseada em uma disputa constante de poder dentro do cárcere. Ao apontar para o guarda a fragilidade de sua posição – realizando ameaças constantes sobre seus familiares – o PCC se coloca como um outro ator dentro do sistema prisional que também é capaz de transitar entre o universo do cárcere e o universo da sociedade mais ampla. Quando um guarda recebe o recado de que eles – ou seja, a facção – sabem o horário que sua filha chega em casa depois da faculdade, ou o horário em que sua esposa sai para passear com o cachorro, ele entende que não é apenas ele quem transita entre os dois universos, controlando seus fluxos constantes, mas que agora um outro ator também participa deste jogo, com prerrogativas de trânsito talvez maiores do que as suas. Antes do PCC o guarda sabia que ele era diferente do preso por um monte de motivos, mas o principal deles era que o preso estava do “lado de lá” das grades, enquanto ele estava do “lado de cá”, gozando da liberdade de transitar entre o cárcere e a sociedade fora dele. Com o PCC, essa diferenciação se dilui, já que o preso também tem controle do que acontece fora do cárcere.

ITIRAPINA E SÃO PAULO: ESCALAS DIFERENTES, VIVÊNCIAS DIFERENCIADAS

As relações de proximidade propiciadas pelo cenário de uma cidade pequena faz com que a vigilância sobre o outro influencie diretamente na construção de sua identidade. Enquanto na metrópole o indivíduo pode passar despercebido em muitos de seus trajetos, na cidade pequena tais trajetos são, na maioria das vezes, controlados pela própria dinâmica urbana. A partir desta ideia, é possível perceber que as vivências dos agentes prisionais em Itirapina, assim como a

construção de suas identidades profissionais e pessoais, estão intimamente relacionadas com a dinâmica da cidade e de suas relações sociais. O prestígio voltado para tal carreira é algo peculiar de um contexto urbano específico, o que faz com que a vivência desses atores nesta cidade também seja algo peculiar, revelando, de certa forma, como a dinâmica urbana influencia diretamente a construção de identidades profissionais.

Na cidade de São Paulo, por sua vez, um agente prisional é capaz de esconder a sua identidade profissional: é possível que um guarda passe toda a sua vida profissional trabalhando dentro de um presídio sem que seus vizinhos tomem conhecimento deste fato. As relações que permitem o desenvolvimento das identidades profissionais certamente são outras do que aqueles que acontecem em Itirapina: a relação deste grupo de profissionais com o grupo dos detentos e seus familiares certamente influencia muito mais no desenvolvimento de suas identidades do que as relações de prestígio e status, como acontece em Itirapina.

No entanto, como foi dito, a presença da facção criminosa do PCC tanto dentro dos presídios quanto fora deles – influenciando diretamente na dinâmica do tráfico de drogas, e assim, na dinâmica urbana das periferias da Grande São Paulo – faz com que a vivência dos agentes prisionais em São Paulo seja diretamente afetada pelo medo e pela desconfiança. O surgimento do PCC altera profundamente a relação que os agentes prisionais mantinham com suas comunidades, já que traz para fora dos muros do cárcere a disputa de poder que era própria das relações que se davam no lado de dentro das grades.

Com isso, é possível perceber que uma análise detida sobre essas duas realidades parecidas, mas distintas – a vivência de um agente prisional em Itirapina e a vivência de um agente prisional em São Paulo – é capaz de indicar caminhos para a compreensão das maneiras como a dinâmica urbana em diferentes escalas gera diferentes consequências não apenas para o indivíduo que transita pela cidade, mas também para o indivíduo que constrói suas relações sociais e profissionais a partir deste cenário urbano específico.

BIBLIOGRAFIA

BIONDI, Karina. Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC. São Carlos: UFSC. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 2009.

CALDEIRA, Teresa. Cidade de Muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, 2000, Editora 34.

CASTRO E SILVA, Anderson Moraes. Nos braços da lei. O uso da violência negociada no interior das prisões. Rio de Janeiro, e+a, 2008.

CHIES, Luiz Antônio Bogo, (coordenador). **A prisionalização do agente penitenciário**: um estudo sobre encarcerados sem pena, Cadernos de Direito, Universidade Católica de Pelotas – Escola de Direito, Pelotas, 2001, EDUCAT.

CLIFFORD, J. A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro, 2008, Editora UFRJ, 3ª edição.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Efeitos simbólicos e práticos do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) na dinâmica prisional. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 3, p. 128-144, 2009.

DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. São Paulo, Perspectiva, 1976.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 1. A vontade de saber. São Paulo, Graal, 2005.

_____. *Vigiar e Punir*, Petrópolis, 1997, Editora Vozes.

GODOI, Rafael. Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, USP. 2010.

GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana, *Regiões e Comportamento Regional*, cap. III, Petrópolis, 1999, Editora Vozes.

_____. *Manicômios, Conventos e Prisões*. 7ª Edição, São Paulo, 2005, Perspectiva.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995, p. 7-41.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. O discurso citado na construção do efeito de sentido de identidade em agentes de segurança penitenciária. In *Discurso & Sociedad*, Vol 2 (3), 2008, p. 475- 502.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. USP, São Paulo, 2010.

MARQUES, Adalton. Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 2009.

MORAES, Rodolfo Bodê de. Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários. São Paulo, 2005. IBCCRIM.

PADOVANI, Natália Corazza. Perpétuas espirais: falas do poder e do prazer sexual em trinar anos (1977-2009) da Penitenciária Feminina da Capital. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio et all. Democracia, violência e injustiça. O Não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo, 2000. Paz e Terra.

ROZMAN, Mauro Abrahão. AIDS e tuberculose na Casa de Detenção de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina, USP. 1995.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira, in **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, pag. 274-307.

_____. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias de São Paulo. In **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Ano 1, Edição 1, 2007, pág. 72 a 90.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma concepção multicultural dos Direitos Humanos. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, jan/jun, 2001, p. 7 a 34.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO: www.sap.sp.gov.br, acesso em 01/06/2011.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. Antropologia e educação em Direitos Humanos. Palestra proferida em 7/3/2008 no *Seminário Preparatório* para o IV Encontro

Nacional da ANDHEP, Vitória / ES. Mesa-redonda *O que a antropologia tem a dizer sobre a educação em Direitos Humanos?*

_____. Controlando o poder de matar, *uma leitura antropológica do Tribunal do Júri – ritual lúdico e teatralizado*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

SIFUSPESP, “Realidade do sistema prisional na visão dos trabalhadores”. Disponível em <http://www.sifuspep.org.br/>, acesso em 13/08/2010.

VASCONCELOS, Ana Sílvia Furtado. A saúde sob custódia: um estudo sobre agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.